

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES CONCEITUAIS E SUA MATERIALIZAÇÃO NO ESPAÇO

Roseli Bernardete Dahlem, Roberto Braga (Orientador/UNESP), e-mail:
roseli.dahlem@gmail.com

Universidade Estadual Paulista/Instituto de Geociências e Ciências Exatas –
Rio Claro – SP.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Desenvolvimento urbano,
Educação ambiental

Resumo:

O conceito desenvolvimento sustentável vem permeando os atuais diálogos e muitas vezes vem sendo utilizado como um conceito senso comum, pois é um termo “da moda” e que na maioria das vezes usado fora de contexto. Percebe-se que o termo passou por um longo processo de construção conceitual e conseguiu avançar nos diálogos entre os grupos voltados para a questão ambiental e para a questão econômica por propor uma trégua entre as visões diferenciadas, possibilitando a construção de um corpo metodológico que possibilita o diálogo entre os dois lados e avanços no enraizamento de ações. Essas reflexões se mostram necessárias pois ao se materializar, em especial em espaços urbanos, há necessidade de haver esse diálogo entre os interesses econômicos e ambientais.

Introdução

A problemática ambiental começou a ser foco de interesse, inicialmente de pesquisadores, na década de 1960 e surge com a idéia de que a utilização dos recursos naturais pelos seres humanos não conduziria apenas a utopia liberal do crescimento da riqueza nacional, mas também à catástrofe sem volta da destruição do planeta. Um dos subsídios desse diálogo é a retomada da idéia de Thomas Malthus, do início do século XIX, pois a problemática ambiental surgia, na década de 1960, acoplada à discussão sobre o crescimento demográfico e suas mazelas. (NOBRE, 2002: 27)

Nesse período foram publicados materiais e livros que buscaram retratar a opinião dos pesquisadores sobre esse assunto, tais como o best seller de Paul Ehrlich, intitulado *The population bomb* e o artigo de Garret Hardin *The tragedy of the commons*, ambos de 1968, que generalizaram o argumento da explosão demográfica, enfatizando as idéias malthusianas. Também em 1972, por meio dos diálogos estimulados pelo Clube de Roma¹ foi publicado *The limits to growth* (Limites do Crescimento).

¹ O Clube de Roma foi um grupo de cientistas e pesquisadores de países desenvolvidos que se reuniam para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e , sobretudo, ao meio ambiente.

Segundo os autores do *Limites do Crescimento*, o livro “mudou a maneira como olhamos o mundo, pois tornou claro que “temos que começar a colocar novas questões sobre a natureza e a validade do crescimento da industrialização”. Também introduziu a finitude na discussão econômica de uma nova perspectiva, colocando em pauta a problemática da poluição e a utilização dos recursos naturais finitos e popularizando a questão ambiental.

Para poder apresentar resultados a equipe responsável pelo *Limites do Crescimento*, utilizou cinco variáveis, que foram a) industrialização (crescente); b) população (em rápido crescimento); c) má nutrição (em expansão), d) recursos naturais não-renováveis (em extinção) e e) meio ambiente (em deterioração). Com essas variáveis, independente da forma de cruzamento de informações o cenário futuro simulado apresentava sempre a catástrofe e para a publicação, havia a necessidade de mudança (declínio) tanto na população como na capacidade industrial.

Com essas “idéias” circulando pelos diversos cantos do mundo, em 1972 é realizada a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, organizado pelo recém criado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. Nesse encontro foram usados os dados da publicação *Limites do Crescimento*, que no período tinha um apelo especial:

“com muitas tabelas de cruzamento computadorizados e gráficos que permitiam visualizar as curvas dos cinco parâmetros do modelo de maneira bastante dramática, o estilo do livro contribuiu claramente para sua publicidade. O livro também tinha o ar de conhecimento superior e mistério que os computadores parecem ter tido naquele tempo.” (NOBRE, 2002:30)

Apesar de toda essa “mistificação” em torno da publicação, houve várias objeções, em especial pela utilização de um modelo altamente agregado, pois não diferenciava países, regiões, cidades, campos, Norte, Sul e pressupunha que nenhuma alteração significativa aconteceria no desenvolvimento social, político, técnico ou econômico.

Outro ponto muito questionado foi a proposta levantada pela publicação que era a do “crescimento zero” como a única solução para os problemas apresentados, lembrando muito as posições malthusianas.

Em relação à proposta de crescimento zero, os países do Terceiro Mundo rejeitaram-na, pois representava uma ação imperialista dos países centrais e uma visão muito simplista ao acreditar que o desenvolvimento econômico era o único responsável pelos problemas ambientais. Em contraposição a esse pensamento, foram utilizados documentos abordando a diferença de entendimento entre os países centrais e os do Terceiro Mundo, tais como a Declaração de Cocoyok de 1974 e o Relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld, de 1975 que tinham em comum a exigência de mudanças nas estruturas de propriedade do campo e a rejeição pelos governos dos países industrializados. Também emergiu o conceito de Ecodesenvolvimento, que permeia os diálogos a partir de 1973, apontando para o comprometimento moral e cujas linhas mestre seriam: a) satisfação

das necessidades básicas com a ajuda de bases de recursos próprios, sem copiar os estilos de consumo dos países industrializados; b) desenvolvimento de um ecossistema social satisfatório; c) solidariedade prospectiva para com as futuras gerações; d) medidas para poupar recursos naturais e o meio ambiente; e) participação dos interessados; f) programas educacionais de apoio e acompanhamento.

No debate ambiental da década de 1970, é possível perceber, claramente duas posições: a posição tradicional para a qual o problema ambiental não existia e o paradigma do ecodesenvolvimento, que questionava se as necessidades básicas de todos os homens podem ser satisfeitas sem que os “limites exteriores” fossem alcançados.

Para o grupo responsável pelos Limites do Crescimento, desenvolvimento não significaria crescimento econômico e nem estagnação econômica, mas que deveria ser dada atenção maior aqueles objetivos que muitas pessoas listariam como mais desejáveis e que mais satisfazem o homem, como educação, arte, música, religião, pesquisa científica básica, esportes e interações sociais.

Devido à todas essas questões, percebeu-se a necessidade de desatrelar os termos “desenvolvimento” e “crescimento econômico” e foi introduzido o termo SUSTENTÁVEL, cujo conceito já se abordava no livro Limites do Crescimento, que dizia “é possível alterar essas tendências de crescimento e estabelecer uma condição de estabilidade ecológica e econômica que seja sustentável no futuro”. É preciso destacar que nesse momento o termo não tinha o significado que tem atualmente no debate ambiental.

O termo Desenvolvimento Sustentável foi usado pela 1ª vez no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, também em Estocolmo, em 1979, com a apresentação de um paper intitulado *A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento* e ganhou proeminência através da publicação em 1980 do World Conservation Strategy, com visão direcionada para os recursos naturais, não abordando assuntos ligados a ordem política e econômica mundial, guerra e armamento, população e urbanização.

Essa “separação dos termos” foi vista como uma jogada estratégica por estabelecer um vínculo fraco entre ecologia e desenvolvimento econômico, ao deixar em suspenso as questões políticas e institucionais. Essa estratégia fez com que o tema ambiental assumisse o primeiro plano dos debates e os demais elementos viessem reorganizados segundo o ponto de vista ambiental. Essa mudança de enfoque também causou alteração de atitudes dos países do Terceiro Mundo diante da problemática ambiental, que ao invés de rejeitarem o crescimento zero propunham um conceito diferente de desenvolvimento que levasse mais a sério as questões ambientais.

Devido a isso, o PNUMA estabeleceu uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, que produziu um relatório intitulado como Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland.

Segundo essa comissão, os estoques de capital ecológico estão sendo consumidos mais rapidamente do que a capacidade de regeneração, sendo que crescimento econômico pode, e deve, ser conciliado com a preservação do meio ambiente. No relatório, o termo desenvolvimento sustentável foi caracterizado como um conceito político e amplo para o progresso econômico e social, servindo como termo mediador entre “desenvolvimentista” e “ambientalista” e apresentou a seguinte definição: “Desenvolvimento sustentável é aquele que garante a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas necessidades”

Os grandes objetivos do Relatório Brundtland foram a institucionalização da problemática ambiental, buscando aumentar o nível de conscientização dos governos, agências de desenvolvimento e integrando considerações ambientais no planejamento e nas tomadas de decisão econômicas em todos os níveis, assim como garantir aliança com os países em desenvolvimento, em especial no pagamento de suas dívidas, através de criação de mecanismos necessários para as transferências financeiras e tecnológicas necessárias para combater a degradação ambiental e a pobreza no Terceiro Mundo.

Uma das grandes forças, mas também que serviu de subsídios para críticas ao Relatório Brundtland, foi, justamente, a vaguidão no conceito de Desenvolvimento Sustentável, pois Nosso Futuro Comum foi intencionalmente um documento político, mais do que um tratado científico sobre os problemas do mundo, com proposta detalhada de transformação legal e institucional, tanto nacional como internacionalmente. Segundo os próprios membros responsáveis pelo Relatório ele era

imperfeito como relatório ambiental, mas importante instrumento para politização dos problemas ambientais e sua inter-relação com problemas de desigualdade, pobreza e políticas de comércio internacionais. Para acadêmicos e diplomatas, o Relatório não apresentou “nada de revolucionário ou de totalmente utópico”, bem como apresentava conceitos vagos e sugestões sem nenhuma probabilidade. (NOBRE, 2002:41)

Entretanto, os proponentes do conceito afirmavam que a introdução do termo sustentável fez com que houvesse uma mudança na forma de se perceber os elementos do debate ambiental, pois desenvolvimento sustentável só é contraditório nos termos se esses forem contraditórios, sendo que a proposta levantada é a de que desenvolvimento e meio ambiente não são contraditórios. Segundo Haughter (1994, 16), não há uma única definição amplamente aceita do desenvolvimento sustentável e um exemplo é que no apêndice do livro Modelos para Economia Verde aparecem 24 definições, sendo que a mais difundida é a definição da Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente ou Comissão Brundtland.

Essas sucessivas estratégias para institucionalizar a problemática ambiental surgem como uma resposta a necessidade de integrar

considerações ambientais no planejamento e na tomada de decisões econômicas em todos os níveis, sendo que canalizou e mobilizou imensas quantidades de energias sociais e políticas para os problemas do meio ambiente.

Para Hardin, o debate sobre esse conceito implica desafios políticos em escalas globais e locais e são apresentados três princípios básicos para o desenvolvimento sustentável, que são: a) princípio da equidade intergeracional ou o princípio da futuridade; b) princípio da justiça social, ou equidade intrageracional e c) princípio da responsabilidade transfronteiriça.

Para atingir a sustentabilidade é fundamental considerar as circunstâncias econômicas, sociais e políticas que conduziram o mundo a sua condição atual. Alguns escritores “profundamente verdes” afirmam que há incompatibilidade entre continuar com altos níveis de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, pois um mina sistematicamente o outro. Para eles os imperativos ecológicos são deixados de lado completamente nas sociedades onde prevalecem os imperativos políticos, abrangendo uma necessidade de parar ou mesmo inverter o crescimento demográfico e o crescimento econômico. Outro extremo acredita que a combinação da abundância de natureza e da capacidade da raça humana de encontrar sempre soluções novas aos problemas recentemente emergentes, pode levar a continuidade do crescimento econômico com investimentos continuados na capacidade e lidar com todos os problemas que este crescimento cria.

Entretanto, Redclif (apud Haughter: 1994, 18) aponta alguns limites para essa confiança ilimitada na tecnologia, e enfatiza que as soluções técnicas devem ser complementares as políticas da conservação e não substituindo-as. Outro ponto levantado é que as sociedades precisam reorganizar as atividades de maneira a impedir os problemas ambientais ocorram e não simplesmente respondam com soluções a cada nova crise como emerge. Essas visões têm um ponto em comum, que é a crítica sustentada nas falhas da economia convencional, no modo de produção capitalista e nas economias centralmente planejadas.

Nos diálogos sobre a sustentabilidade é possível distinguir duas noções de sustentabilidade: a) posição fraca de sustentabilidade: que considera o capital natural ambiental como potencial substituto do estoque capital manufaturado e a possível substituição de bens naturais por bens tecnológicos e que o estoque de capital deve ser medido usando unidades físicas, o valor econômico ou o preço; nessa perspectiva desenvolvimento sustentável seria apenas torna-se um jogo novo da palavra para justificar manter padrões atuais e os processos de crescimento econômico; b) posição forte da sustentabilidade: que sustenta que os estoques humanos e os estoques ambientais não são sempre intercambiáveis e representa um desafio profundo a existência do status quo, exigindo uma ruptura na mentalidade do crescimento da maioria de instituições existentes; para esses, sustentabilidade é dito para exigir uma nova economia política, que envolve mudanças fundamentais no desenvolvimento internacional, mudanças que dão a prioridade às necessidades do pobres do mundo e

que desafiam os direitos aos padrões de vida polarizados que favorecem nações ricas assim como indivíduos ricos.

Para O'Riordan (apud Nobre, 2002:42) o termo sustentabilidade está tornando-se aceito enquanto o termo da negociação que constrói uma ponte sobre a abertura entre desenvolvimentistas e ambientalistas. Sua simplicidade encantadora e significado aparentemente evidente obscureceram sua ambigüidade.

Cidades sustentáveis e desenvolvimento – a interrelação entre esses dois elementos

O conceito de cidade é bastante elástico, não havendo nenhuma definição absoluta que seja satisfatória em todas as circunstâncias. Varia entre nações-estados, com pontos iniciais menores nos países com tamanho menor da população. Para alguns autores como Graham Haughter e Colin Hunter (Haughter: 1994,14) todas as áreas urbanas são consideradas cidades, seja ele cidades pequenas, aglomerações ou megalópoles. Já Cappon (apud 1994, 14) considera a cidade como uma aglomeração mais ou menos regular e reconhecível dos edifícios e das passagens, onde os povos vivem e trabalham e igualmente acoplam em muitas de suas atividades sociais e culturais, geralmente exigindo pelo menos 10.000 residentes; para ele a clareza física e a proximidade das pessoas, do trabalho e dos serviços são ainda uma característica urbana por definição, apesar das várias mudanças em decorrência das tecnologias das comunicações melhoradas.

O ambiente urbano é estruturado de forma complexa, rica e entrelaçada pelas dimensões naturais, formas construídas, econômicas, sociais e culturais. Como componentes naturais incluem-se o ar, a água, a terra, o clima, a flora e a fauna. Os componentes construídos abrangem a tela do edifício, da infraestrutura e de espaços abertos urbanos. Já os componentes sociais abraçam aspectos menos reais de áreas urbanas, incluindo qualidade estética e cortesia, estilos arquitetônicos, herança, valores, o comportamento, as leis e as tradições da comunidade residente.

Segundo Barbara Ward (apud Haughter: 1994, 9) as cidades estão continuamente em mudança, tanto em seus aspectos objetivos como aspectos subjetivos. Os lugares de trabalho, recreação e residência diferem e mudam ao longo do tempo e mudam também os papéis de seus moradores: residentes, produtores, consumidores, migrantes, à procura de lazer e turistas. A população está sempre em movimento dentro e entre as cidades, ao mesmo tempo em que as próprias cidades mudam, continuamente, tanto em forma como em função.

O ambiente urbano é um sistema aberto e dependente, que interage com o ambiente e as economias da área urbana e de seu entorno e o impacto do ambiente urbano podem e variam de acordo com o tempo e o lugar. Nesse contexto, muitos pesquisadores do século XIX questionaram a viabilidade das cidades, pregando o retorno à natureza. Segundo eles as cidades eram lugares poluídos, degradados para viver, levavam a distorção

das economias rurais e a promoção de estilos de vida que são intensivamente consumidores de energia e não possibilitavam um contato direto com a natureza.

Apesar dessas visões, as cidades continuaram a crescer em números e sua parte do crescimento da população global e riqueza econômica, seus impactos ambientais continuam a ser o tema central no movimento para a sustentabilidade global.

Segundo Haughter (1994: 13) não são as cidades necessariamente más, mas sim as maneiras em que são construídas e usadas, portanto os problemas ambientais das cidades não se relacionam simplesmente aos números de pessoas que vivem nesses espaços, mas também a forma como é projetada a sua construção e a utilização de recursos. Mudando o tamanho, a forma, as densidades de população e ordenamento interno das cidades podem conduzir às reduções no uso de energia, em particular.

As áreas urbanas apresentam uma série de fragilidades, entre elas a grande concentração de pessoas, em especial nos países desenvolvidos, que na década de 1990 registravam cerca de 72,6% de sua população nas cidades. Essa concentração de pessoas em espaços reduzidos causa uma série de impactos, como o grande consumo de recursos naturais e a ampliação das áreas urbanas em detrimento de áreas rurais para atender a demanda de espaço e serviços, assim como o grande volume de geração de resíduos.

Também ocorre um impacto muito forte na utilização do solo urbano, onde não existe controle eficiente dos órgãos competentes em fiscalizar o uso do solo. Isso se faz notar na quantidade de área impermeabilizada que ocorre na maioria das médias e grandes cidades, assim como a ocupação regular de áreas próximas à cursos de água. A ocupação de áreas irregulares nas cidades é uma realidade e que acaba acarretando problemas de contaminação da água e diminuição da vazão dos rios, inviabilizando a manutenção da vida original desses espaços.

Há necessidade de que os projetos urbanos estejam integrados à natureza, possibilitando minimizar recursos e permitir que os moradores urbanos apreciem um ambiente mais natural. Um exemplo são cidades bem-desenvolvidas e bem-controladas que conseguem reduzir distâncias de percurso e conseqüentemente uso da energia e de emissão de CO₂, incentivando e criando um sistema de transporte público eficiente e acessível. Outra ação é incentivar a manutenção de áreas do entorno para a produção de alimentos para a população urbana, em especial produzidos sem o uso de produtos químicos, garantindo uma alimentação e um ambiente mais saudável. Também os projetos de gestão e conservação de recursos hídricos são de fundamental importância nas áreas urbanas, assim como rural. Nas áreas urbanas, criar políticas públicas de habitação, saneamento, ocupação do solo municipal urbano, trabalhos integrados de conservação de rios e córregos, garantem a disponibilidade e a manutenção da qualidade de água.

Outro ponto fundamental nos projetos urbanos voltados para a sustentabilidade é a participação de todos os envolvidos na aplicação das

políticas urbanas, pois só após estarem conscientizados é que a população passará a refletir sobre sua prática, resultando em ações mais coerentes com um modo de vida mais sustentável.

A necessidade de introduzir um novo conceito: a Educação Ambiental

Para fazer frente à materialização do conceito de desenvolvimento sustentável, surge também a partir dos diálogos da década de 1970 o termo Educação Ambiental, embalado por publicações como o livro Primavera Silenciosa da jornalista Rachel Carson e Limites do Crescimento.

Na conferência de Estocolmo, em 1972, já foi tomada a resolução de que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais e cunhado o termo Educação Ambiental - EA, que passa a ser considerada como campo da ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacionais. Dando legitimidade a esse movimento em 1974 são definidos os Princípios de Educação Ambiental e que esta não deve ser vista como um ramo da ciência ou matéria de estudo separada, mas deve estar integrada ao currículo e ser permanente.

Em 1975, em encontro realizado em Belgrado é definida a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental atendendo a recomendação 96 da Conferência de Estocolmo que culmina na Primeira Conferência Intergovernamental em Educação Ambiental em 1977 tendo como sede Tbilisi, na Geórgia.

Nesse encontro há o reconhecimento da Educação Ambiental como um elemento essencial orientada para a resolução dos problemas por meio da participação, utilizando a educação formal e a educação não-formal e também o incentivo para que os países implante programas nacionais de EA.

No Brasil em 1981 é definida a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, que situa a EA como um dos princípios que garantem a “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” e em 1987 foi aprovada a inclusão da EA nos currículos escolares brasileiros de 1º e 2º graus.

Em 1992, com a realização da Rio'92 ou ECO'92, o papel da EA ganha destaque em diversos documentos e processos formativos que chamam a atenção da necessidade da participação da população na resolução de seus problemas. Nesse evento é definida pelo governo a criação das Agendas 21 Nacionais e Locais, como instrumento participativo para toda a população se fazer ouvir, bem como assumir responsabilidades na execução das ações de melhoria social, ambiental, econômica, entre outras.

Também são definidos documentos pela sociedade civil organizada presente nesse evento e que servem que referenciais para a EA, tais como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Carta da Terra.

Nesse contexto, o governo brasileiro insere a EA na educação formal por meio da aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997, que retratam os conteúdos a serem trabalhados nos diversos níveis de ensino e publica a Lei nº 9.795/99. Essa lei é implementada pelo Decreto nº 4.281/02, criando o Órgão Gestor da Educação Brasileira congregando os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente.

Pela lei, Educação Ambiental é definida como;

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.(ZAKRZEVSKI, 2003:97)

Na perspectiva brasileira, assim como mundial, a Educação Ambiental vem sendo entendida não como uma responsabilidade apenas do ensino formal. Cada vez mais, grupos, ONGs, entidades, associações vem se organizando para trabalhar em prol da melhoria da qualidade ambiental, social e econômica o que vem trazendo para a prática cotidiana vários dos questionamentos e diálogos que ocorreram nas diversas partes do mundo.

Outro aspecto a ser considerado é a necessidade de entender o campo de atuação da educação ambiental, não confundindo com gestão ou ação ambiental. Segundo Rosa (2007:278) a educação ambiental e a gestão ambiental podem e devem ter convergência, mas deve-se ter cuidado para que o processo educativo não fique apenas na ação:

A gestão ambiental tem como foco central a resolução dos problemas envolvendo conservação ou recuperação de espaços e processos socioambientais. Já o foco central da educação ambiental, em especial no contexto escolar, é o processo de ensino-aprendizagem voltado ao aperfeiçoamento das pessoas em suas relações socioambientais e a adoção de postura crítica, pró-ativa e solidária. (ROSA, 2007: 278)

Muitas vezes, a EA é tomada como um recurso operatório para enfrentar problemas ambientais, implicando na redução de sua perspectiva educacional. É importante que no desenvolvimento das ações de Educação Ambiental sejam desenvolvidas ações ambientais, entretanto para que isso se confirme como processo educativo, deve-se envolver todos os Atores Sociais envolvidos e que interferem na qualidade de vida e meio ambiente.

Segundo Viezzer (2007:39), atores sociais são “blocos de poder” que, colocados em sinergia de interesses pela qualidade do meio ambiente e de vida, podem aprender e ensinar uns aos outros. Esses blocos podem ser assim organizados

a) poder público: se exerce a partir dos órgãos do legislativo, executivo, judiciário. Estes, por sua vez, situam-se em diversos níveis: local, estadual e nacional. Em muitos casos a estes se agregam organismos internacionais.

b) poder econômico: se exerce a partir de empresas e instituições da indústria, a agroindústria, os bancos, o comércio.

c) poder do saber e da comunicação: se concentra nos centros de pesquisa, nas universidades, na rede formal de ensino e nos meios de comunicação.

d) poder da organização da sociedade civil: se expressa particularmente nas organizações do chamado Terceiro Setor: ONGs e Movimentos Sociais com suas diferentes representações: sindicatos, cooperativas, associações, comunidades de igrejas, etc.

Essa articulação dos atores sociais é que possibilita a materialização do desenvolvimento sustentável, pois todos os setores e grupos que interferem, de uma forma ou outra, devem estar envolvidos nos diálogos, tanto para o levantamento das situações problemas, bem como para o desenvolvimento das ações.

Conclusões

Observa-se que os principais obstáculos para desenvolvimento sustentável, de uma maneira geral deve-se à bloqueios institucionais criados e mantido, às vezes involuntariamente, pelos detentores do poder, pelas nações ricas e por suas instituições da sustentação que não conseguem por em prática decisões internacionais, pensando de forma isolada, isso porque, adotam posições fracas da sustentabilidade e continuam com negócio habitual, esperando para soluções técnicas aos problemas. Esse modo de pensar e agir gera conflitos de idéias e de ações, pois muitos países pobres vêem pouca vantagem para eles criarem e colocarem em práticas leis socioambientais, sendo que essas não são assumidas por todos os países do mundo, em especial os países mais desenvolvidos e que causam fortes impactos.

Essas visões diferenciadas de participação e de envolvimento dos países na busca de soluções de problemas coletivos e globais, têm muito a ver com o paradigma dominante de pensamento que temos em nossa sociedade, onde há uma valorização da riqueza individual em detrimento do bem-estar coletivo e não se tem o entendimento de que os problemas ambientais estão enraizados em problemas sociais e em sistemas inadequados de funcionamento da sociedade atual.

Nesse contexto aparece com muita força a questão dos atores sociais, que devem ser identificados e envolvidos. Para que isso ocorra, O`Riorden propõe a ascensão de uma raça nova de político, um político global que dá a prioridade à sobrevivência global sobre os interesses a curto prazo mais estreitos do crescimento econômico nacional e local. Para isso percebe-se, cada vez mais, a necessidade de inserir a população nos processos da tomada de decisão e na execução de desenvolvimento sustentável, com as organizações não governamentais e diretamente em suas próprias comunidades, como exposto em um dos princípios defendidos pela Agenda 21.

A grande questão a ser levantada e respondida é que a causa da crise pela qual a sociedade vem passando não deve ser encontrada em como os seres humanos interagem com a natureza, mas como interagem um com o outro e que para resolver a crise ambiental, também devem ser resolvidos os problemas da pobreza, da injustiça racial e da guerra.

Como a Educação Ambiental é vista como um processo de ensino-aprendizagem voltado ao aperfeiçoamento das pessoas em suas relações socioambientais e a adoção de postura crítica, pró-ativa e solidária, deve ser colocada em meio a todos os diálogos.

Referências

- Brüseke, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In Cavalcanti, Clóvis (org) Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3ed. Recife: Cortez, 2003
- Haughter, Grahan e Hunter, Colin. Chapter One: Urban Development and the environment in Sustainable Cities. J. Kingsley Publishers, London: Regional Studies Association, Bristol, Pa. 1994.
- Medina, Naná Minninni. Breve Histórico da Educação Ambiental. In Pádua, Suzana Machado e Tabanez, Marlene. Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil. Ministério do Meio Ambiente: Brasília, 1997.
- Nobre, Marcos. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In Nobre M e Amazonas, M. de C. Desenvolvimento Sustentável: institucionalização de um conceito. Ed IBAMA, Brasília, 2002.
- Olszowski, Igor. Crescer é mesmo necessário?. In Revista Vida Simples. Editora Abril, setembro de 2008
- Rosa, Antonio Vitor. Projetos em Educação Ambiental. in Ferraro Júnior, Luís Antônio. Encontros e Caminhos: formação de educadores(as) ambientais e Coletivos Educadores. Brasília, MMA: 2007. volume 2.
- Viezzer, Moema. Atores Sociais e Meio Ambiente in Ferraro Júnior, Luís Antônio. Encontros e Caminhos: formação de educadores(as) ambientais e Coletivos Educadores. Brasília, MMA: 2007. volume 2.
- Zakrzewski, Sônia Balvedi (org). Educação Ambiental na Escola: Abordagens conceituais. Erechim: Edifapes, 2003. Série Cadernos Temáticos de Educação Ambiental.